

ATA N.º 248

----- Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, extraordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

1 Período da Ordem do Dia-----

- 1.1 Orçamento Municipal 2018-----
- 1.2 Mapa de Pessoal 2018-----
- 1.3 Renovação dos Acordos de Execução-----
- 1.4 4ª Revisão Orçamental de 2017-----
- 1.5 Agim – Contratos-programa-----
- 1.6 CPCJ – Designação de Cidadãos Eleitores-----
- 1.7 Auditor Externo – Relatório Semestral-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e dez minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- Ana Maria Tavares Mendes-----
- Ana Patrícia da Silva Ferreira-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António da Silva Portela-----
- Beatriz Manuel Lourenço Soares-----
- Carlos Manuel Martins Tavares-----
- Cipriano de Arede Nogueira-----
- Custódio Tavares Pereira de Lima-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Elmano Jorge Ribeiro de Sousa-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- José Luís da Silva e Almeida-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----
- Mário José Costa da Silva-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paula Cristina Dias Coutinho-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Pedro Miguel Martins Mendes-----
- Sérgio Filipe Henriques dos Santos-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Toni Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente da Câmara Municipal; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.-----

--- Faltou à sessão o membro Edite Bastos Rodrigues, que apresentou justificação por escrito, pelo que a mesma foi justificada, tendo sido substituída por Sérgio Filipe Henriques dos Santos.-----

Antes de passar à ordem do dia, o presidente da Assembleia Municipal informou que, no passado dia 9 de dezembro, tinha participado no congresso da ANMP, cujo grande tema foi a descentralização, juntamente com o presidente da Câmara Municipal e o presidente da Junta de Freguesia de Sever do Vouga. Informou, ainda, que tinha participado na primeira sessão da CIRA, no passado dia 11 dezembro, na qual foi eleito para ser secretário da mesa da Assembleia da CIRA.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----Ordem de trabalhos-----

----- 1 – Ordem do Dia -----

1.1 Orçamento Municipal 2018: - O presidente da Câmara Municipal apresentou uma breve explicação, dizendo que o orçamento para 2018 era o maior orçamento dos últimos dez anos e que só tinha sido ultrapassado uma vez, aquando do arranque do terceiro quadro comunitário. Mais disse que, o grosso do orçamento tinha muito a ver com as comparticipações dos fundos comunitários e, também, com o aumento do FEF, uma vez que, nos últimos quatro anos, tinha havido várias reduções da transferência do orçamento de estado para o município, o que fez com que os orçamentos de 2014 e 2015 não tivessem sido, sequer, alterados e que tivessem sido orçamentos na base dos oito milhões e quatrocentos mil euros. Afirmou que o orçamento tinha uma verba de investimento superior à verba de despesas correntes e que se tinha poupado dinheiro em pessoal para haver dinheiro para investimento. Assegurou que o orçamento assentava nos seguintes objetivos: o desenvolvimento cultural, o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento socioeconómico, a qualidade de vida no seu todo, no social, nos apoios aos munícipes, ou aos estudantes com as bolsas de estudo, pois todas aquelas situações eram valorizadas nos grandes objetivos.-----

Foi aberto um período de intervenções, tendo sido dada a palavra a **Toni Martins** que começou por dizer que, na primeira Assembleia Municipal do atual executivo, tinha afirmado, perante todos, a total disponibilidade do PSD em colaborar com todos os órgãos daquela digníssima casa, colocando os interesses de todos os severenses acima dos interesses partidários, pois querem contribuir ativa e positivamente na melhoria das condições gerais de vida de todos os cidadãos do concelho. Disse que, após a análise cuidada dos documentos integrantes do orçamento para 2018, constatou o seguinte: ao nível da receita, o orçamento depende, claramente, de duas fontes de receita, nomeadamente, receitas fiscais e transferências do orçamento de estado que, somadas, totalizam € 10 662 000,00, que contrastam com o baixo valor das receitas próprios do município que são apenas de € 837 875,00. Afirmou que, aquela situação evidencia um baixo grau de independência financeira do Município de apenas 28,37%, denunciando uma elevada dependência de transferências do estado e numa carga de impostos sobre pessoas, famílias e empresas do concelho. Fazendo uma análise no que respeita à despesa, apenas 41,84% referem-se, efetivamente, a investimento, sendo que as restantes despesas são encargos com pessoal e despesas de aquisição de bens e serviços. Em conclusão, disse poder observar que o orçamento apresentado assenta numa política de gestão corrente que gasta tanto em despesas correntes como em pessoal, deixando para o investimento uma fatia muito baixa, não apostando em fazer crescer o concelho e dar melhor qualidade de vida e de infraestruturas às populações. Disse, em conclusão, que a Câmara Municipal não devia ser cobradora de impostos mas sim impulsionadora do desenvolvimento do concelho, promovendo a valorização e gestão dos recursos disponíveis. Informou que, para tal, tinham sido apresentadas, ao executivo, pela bancada do PSD, através dos membros vereadores, contributos e propostas que poderiam ser uma mais valia para o concelho. A saber, o aumento de verbas disponibilizadas às juntas de freguesia, às associações, às IPSS, o reforço de verbas disponíveis para o orçamento participativo e

execução no próprio ano. O orçamento 2018 deve prever uma estratégia de redução da derrama para 0% por forma a compensar as empresas do concelho pela sua interioridade. Do mesmo modo deverá prever uma estratégia de redução da participação variável ao IRS de forma faseada no tempo mas que possa, já a partir do próximo ano, mostrar-se competitiva em relação às taxas em vigor nos concelhos vizinhos. A criação de uma rede de transportes que permita a deslocação interfreguesias de todos aqueles que dela necessitem e, em especial, os idosos. A criação de um gabinete de apoio ao empreendedor que estabeleça uma ligação direta entre entidades públicas e privadas, por forma a maximizar as oportunidades de criação de empresas e emprego, bem como captar o interesse do empreendedor de investimento no concelho. Assegurar a recolha e controle imediato de animais errantes de forma a proteger a população e salvaguardar a saúde pública dos próprios animais. Desenvolver uma estratégia de acessibilidades que permita que todas as pessoas de mobilidade reduzida se possam deslocar normalmente e livres de obstáculos. Criação de uma “task force” com fim exclusivo da manutenção dos equipamentos municipais espalhados por todo o concelho de forma a maximizar os recursos. A criação da assembleia das crianças com vista à promoção da participação ativa das crianças na qual farão ouvir os problemas existentes nas suas freguesias, projetando soluções e levando ao desenvolvimento crítico de jovens, assim como o aumento da sua capacidade de intervenção e consciência no seu papel cívico na sociedade. Incluir, nos protocolos das juntas de freguesia, e consequente disponibilização de verbas, a análise laboratorial da água de todas as fontes e fontanários públicos. Identificação das áreas críticas do concelho, estabelecimento de faixas de segurança e limpeza, preparando-as para a época de fogos, contribuindo para a redução de incidência de incêndios, com aumento da resistência do território aos incêndios florestais, melhoria da eficácia da gestão de incêndios e construção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz. Identificação e fiscalização das situações de incumprimento das faixas de segurança das estradas municipais e habitações. Os severenses sabem, melhor do que ninguém, a necessidade da sua terra. Sever do Vouga é de todos e todos devem ter uma palavra a dizer na construção de um presente e futuro melhores para o concelho. Por isso, é fundamental incluir no orçamento 2018 os projetos que não saíram vencedores no orçamento participativo. O desenvolvimento de uma estratégia municipal integrada de desporto envolvendo todas as entidades, associações e atletas individuais, profissionais ou amadores. Apoio na participação de cidadãos severenses em eventos de âmbito nacional, internacional e em todo o tipo de modalidades. Exigir, junto da AdRA, que sejam desenvolvidas as expansões da rede de saneamento e água no mais curto espaço de tempo e, se necessário, revendo o protocolo. O reforço da verba destinada à manutenção do parque escolar existente por forma a colmatar as necessidades já identificadas por professores, pais e alunos, nomeadamente escolas esquecidas das freguesias que irão beneficiar do novo centro escolar. Reforço das verbas destinadas às atividades desenvolvidas pelas escolas do concelho. Estabelecimento de um calendário cultural de eventos, que disponibilize numa plataforma todos os eventos culturais e sociais do concelho, por forma a que todos aqueles que nos queiram visitar tenham acesso a todas as nossas ofertas e possam programar melhor as suas visitas. Desenvolvimento de uma estratégia de incentivo à natalidade que consagre a promoção da família com um aumento de verba por nascimento e de uma mensalidade para a aquisição de produtos pré-natal e de primeira necessidade. A criação de um gabinete de apoio e em articulação com as IPSS existentes para o levantamento das necessidades mais prementes no que toca ao apoio de idosos e cidadãos com deficiência. A revisão do regulamento municipal de resíduos sólidos urbanos em articulação com populações residentes por forma ao estabelecimento de rotas e horários de recolha mais adequados às necessidades e com menor impacto na circulação de pessoas e veículos. Estabelecimento de incentivos à recuperação de património edificado em estado devoluto. Estudo de viabilidade económico-financeira para a aquisição de um terreno para a construção de um novo quartel para os bombeiros. Revisão e atualização do plano

municipal de emergência em conjugação com as entidades institucionais e municipais por forma a responder de uma forma mais adequada às novas exigências. Reforço da verba destinada à cultura e implementação da estratégia de divulgação das atividades culturais desenvolvidas no concelho, incluindo publicação nos concelhos vizinhos e órgãos de comunicação social. Negociação com a entidade fornecedora de energia com vista à instalação de sistemas de eficiência energética de iluminação pública a custo zero para a autarquia. Criação de um plano de segurança municipal com o objetivo de incrementar a segurança municipal de pessoas e bens em conjugação e articulação com a GNR. Coordenação de um projeto intermunicipal de identificação e eliminação de fontes poluentes do Rio Vouga e seus afluentes. Salientou, também, que a análise e apreciação do orçamento, por parte do PSD, foi fundamentada com base no documento apresentado e não em pensamentos ou hipotéticas intenções ou, até mesmo, de anúncios do executivo.----

O **presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra e, respondendo à intervenção de Toni Martins, disse existirem duas fontes de receitas, as verbas do orçamento de estado, completadas com as participações dos fundos comunitários, e as verbas residuais, desconhecendo quais outras poderiam existir, dizendo não saber onde podia ir buscar mais receita quando pedem que os impostos baixem sistematicamente. Na comparação sobre o investimento, o presidente da Câmara Municipal disse que a despesa do município com o pessoal era reduzidíssima e que existiam serviços obrigatórios que levavam uma grande fatia do orçamento, nomeadamente os transportes escolares, a iluminação pública, a alimentação dos alunos e as bolsas de estudo. O presidente da Câmara Municipal procedeu à leitura do e-mail enviado ao PSD, com a resposta às propostas apresentadas por aquele grupo parlamentar. Após a leitura do e-mail, o presidente da Câmara Municipal teceu algumas considerações em relação aos pontos constantes do mesmo. Mais disse que, em resposta àquilo que tinha sido a apresentação do membro, disse ter respondido que a maior parte das propostas estavam plasmadas no orçamento.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Ana Tavares** que disse verificar-se a abertura de rubricas, prometidas em mandatos anteriores, na análise feita ao orçamento apresentado, o que significa que os severenses andavam a ser iludidos quanto às reais intenções no que toca à execução daquelas obras. Deu como exemplo irrefutável a estrada de Silva Escura a Dornelas e a Rua da Arrota que já tinham sido prometidas em mandatos anteriores e que constam novamente do orçamento como rubricas, com cinco euros. Dirigindo-se ao presidente da Câmara Municipal, perguntou qual era o significado daquelas rubricas e o que iria ser executado com os cinco euros.-----

Respondendo às questões colocadas, o **presidente da Câmara Municipal** informou que, parte das rubricas não tem dotação e estavam no orçamento para serem depois cabimentadas ou não, sendo que os orçamentos não são estáticas. Disse que, se no orçamento não aparecesse a estrada de Silva Escura a Dornelas e a Rua da Arrota, podiam considerar que deixou de ser uma prioridade. Por fim, disse que, o orçamento contém muitos objetivos, por vezes, difíceis de cumprir.-----

De seguida, foi dada a palavra a **José Almeida** referindo que, a apreciação dos princípios orientadores do orçamento e grandes opções do plano era positiva e que iria merecer o voto favorável da sua bancada, destacando as razões para o mesmo: a visão e a missão da proposta em apreço, valores que há muito tinham adotado como os mais acertados para o desenvolvimento coletivo; os documentos disponibilizados eram perfeitamente claros; pretender ser, cada vez mais, um concelho atrativo, acolhedor, inclusivo, dinâmico, inovador e ambientalmente sustentável. Disse que, quando se tinha iniciado, em tempos, este rumo, com uma lista e sigla do CDS, com pessoas de todos os quadrantes políticos, o valor do orçamento da autarquia não chegava a quinhentos mil contos e havia uma dívida de curto prazo de quase 45% daquele montante. Elencou as orientações estratégicas subjacentes à proposta orçamental. Disse ser prática corrente do executivo reunir com os presidentes das Juntas de Freguesia, mas, também, com todos os partidos representados na vereação, para receber os seus contributos para a elaboração do orçamento. Disse que,

como se podia constatar nos documentos entregues, a despesa com pessoal é inferior em 20% e era essa gestão criteriosa dos recursos humanos que permitia o nível de investimento que tem sido realizado. Afirmou que, o investimento, muito significativo, no Centro Escolar de Sever do Vouga condicionava e limitava outras opções, mas que a aposta na educação e na formação das crianças e nos jovens do concelho era uma das apostas de sempre dos severenses, de todos os quadrantes políticos, que se aglutinavam no projeto protagonizado pelo PS. Disse ser da opinião geral que, por exemplo, existe uma rede viária extensa e em boas condições, pelo que não se deve consumir recursos naqueles itens. Mais disse que, prestar um serviço de excelência aos munícipes é um desafio sem fim, mas, que deve ser ambicionado e que existem muitas coisas que podem e vão ser feitas, por exemplo, a manutenção dos equipamentos, sejam jardins, ruas ou edifícios públicos. Sendo os orçamentos dos municípios baseados nas regras oficiais do “POCAL”, disse que serão sempre semelhantes aos dos anos anteriores, pelo que as políticas definidas nas Grandes Opções do Plano, elaboradas com a consulta e contributo dos presidentes das Juntas de Freguesia e, também, dos partidos representados na Câmara, são as que, verdadeiramente, definem as obras futuras do concelho. Relembrou que aqueles documentos tinham sido aprovados na reunião do órgão executivo, com posições diversas por parte dos partidos da oposição, destacando a postura construtiva dos eleitos pelo PSD. Terminou a sua intervenção renovando a intenção antes enunciada de se acolher e votar favoravelmente o documento que a Câmara Municipal enviou.-----

Foi dada a palavra a **Pedro Mendes** que, em primeiro lugar, deu conta de que, na sua ótica, e sendo que faz parte do Conselho Municipal da Juventude, estranhou que o orçamento não cumpre com a Lei n.º 8/2009, sendo que o parecer do Conselho Municipal da Juventude, embora não vinculativo, era obrigatório, de acordo com o artigo 7º, 1º, alínea b) do referido diploma. Disse esperar que todos os presentes tivessem noção e consciência da ilegalidade daquele processo. Depois, relativamente a algumas rubricas do orçamento disse parecer-lhe que as verbas transferidas às Juntas de Freguesia poderiam ser aumentadas. Pediu que fossem explicados os gastos com a semana gastronómica da vitela e da lampreia e a semana gastronómica, perguntando se, no futuro, a Câmara Municipal não poderia ter um papel mais agregador que não passasse tanto na componente financeira. Relativamente à Assembleia da Juventude, cuja criação está prevista, perguntou se o Conselho Municipal da Juventude iria, ou não, ser auscultado sobre aquela questão e se o Conselho Municipal da Juventude iria, ou não, ter um regular funcionamento e, ainda, se tem, ou não, funcionado nos últimos anos.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** para poder responder às questões colocadas e, começando pelo Conselho Municipal da Juventude, informou que a lei tinha sido alterada e que o conselho estava numa fase de reconstituição, sendo por essa razão que ele não deu o seu contributo para o orçamento. Relativamente às verbas das juntas, afirmou que os valores correspondiam aos dados apresentados naquela altura e que refletiam aquilo que já tinha sido distribuído. Mais disse que, as verbas iriam incluir os valores dos novos acordos que não estavam apresentados naquele quadro. Sobre a Ficavouga, o presidente da Câmara Municipal disse que o orçamento não apresenta resultados, pois isso é feito à posteriori. Sobre a rota da lampreia e da vitela e a semana gastronómica, informou que o apoio era através da publicidade para divulgação dos eventos. Informou, ainda, que a Assembleia de Jovens iria constar de um regulamento, que ainda será criado.-----

A seguinte intervenção foi a de **Sérgio Silva** que citou uma frase atribuída a Júlio César, que disse assentar, que nem uma luva, no país ao qual já tinha comparado o concelho: *“Há, nos confins da ibéria, um povo que não se governa nem se deixa governar”*. Disse que, Sever do Vouga era um concelho que tem escolas novas com salas vazias e cada vez menos crianças e que se dá ao luxo de construir uma mega escola nova hipotecando mais de 25% do orçamento da despesa só para aquela rubrica e que, independentemente do senhor presidente da Camara dizer que parte daquela verba será recebida mais tarde, no

curto prazo aquela verba faz falta aos severenses. Disse existirem severenses que não têm água em casa, não têm uma casa de banho, que no caso de um grande incêndio ficam sem casa e que existem severenses que continuam a sair de casa e a ir para casa pela lama, havendo severenses abandonados no concelho onde ainda há miséria. Afirmou estar perante mais um orçamento de luxos e que será mais um orçamento de festa, mais um orçamento de vaidade e mais um orçamento de despesismo. Afirmou que, na passada quarta-feira, tinha estado, como público, na reunião de Câmara e tinha ouvido da boca do senhor presidente da Câmara que a verba protocolada com a EDP para reposição de caminhos nas margens das albufeiras não tinha sido suficiente e que a Câmara tinha tido necessidade de dispor do seu orçamento mais verba. Disse que, se a competência da reposição de infraestruturas submersas pela barragem era da EDP e a Câmara Municipal aceitou-a e protocolou mal, o que é que a Câmara andava a fazer com a EDP? Mais disse que, a EDP fornecia energia ao município e assinava contratos de mais de um milhão de euros com o município e a Câmara patrocina a EDP? Finalizando a sua intervenção, afirmou que o orçamento não tinha critérios e que votar no orçamento era a mesma coisa que fingir não perceber que o concelho continuava a tocar ao som da concertina.-----

Respondendo à intervenção, o **presidente da Câmara Municipal** disse que era conhecida, por todos, a oposição do senhor presidente da Junta em relação à barragem. Disse que, na reunião em que o presidente da Junta tinha estado presente, deve ter percebido mal a sua explicação quando tinha falado sobre a questão da reposição dos caminhos. Disse ter-lhe falado sobre a zona de fruição da praia e que aquilo que era proposto, inicialmente, não tinha sido realizado porque ainda não tinha sido lançado a concurso. Afirmou que o acordo realizado com a EDP não era suficiente e que a praia do barreiro iria ser reposta. Relativamente aos troços, informou que alguns deles tinham sido melhorados pelo município e que, se algum deles tinha ido além daquilo que era o custo inicial, tinha sido o município a querer o seu melhoramento, mas que, ainda assim, a maior parte dos aumentos tinham sido suportados pela EDP ao abrigo do acordo. Em relação à zona de fruição de Couto de Baixo, informou que, quando a obra for lançada a concurso, possivelmente irá ficar mais caro do que o acordo celebrado com a EDP, porque o acordo não prevê esse trabalho. Sobre a questão do Centro Escolar, o presidente da Câmara Municipal disse que se estava há mais de dez anos a construir, no papel, aquilo que é o desenho das escolas e do parque educativo do concelho e que tinha havido um Conselho Municipal de Educação, do qual disse pensar que o presidente da Junta fazia parte, e que criou uma carta educativa com a ajuda de técnicos de demografia que fizeram o seu relatório final no sentido de que era necessário. Mais disse que, tudo isso tinha sido aprovado dentro do seio dos conselhos e naquela Assembleia Municipal há muitos anos e que tinha sido aprovada a carta educativa onde constava a construção do Centro Escolar. Informou que, o Centro Escolar não tinha sido construído há mais tempo porque o município estava à espera de ter comparticipação dos fundos comunitários.-----

A seguinte intervenção foi a de **António Monteiro** que começou por dizer que havia alguns pontos prévios que importava chamar a atenção, lembrando e dizendo ao senhor presidente da Câmara que o cumprimento de formalidades legais não podia ser descartado com o à vontade com que o senhor presidente tinha procurado responder ao seu colega de bancada, nomeadamente quando lhe tinha falado do parecer obrigatório do Conselho Municipal de Juventude. Mais disse que, os Conselhos Municipais de Juventude tinham passado a ser uma obrigação para todos os municípios desde 2009 e que, de acordo com a lei, os orçamentos têm de ser submetidos aos Conselhos Municipais de Juventude para um parecer obrigatório. Ainda no que diz respeito ao cumprimento das formalidades legais, o membro chamou a atenção para a página dois do Manual de Consolidação, documento apresentado à Assembleia Municipal, onde é definido o perímetro do município de Sever do Vouga, a Agim e a WRC. Disse que, ao definir-se esse mesmo perímetro, significa isso que, nos termos do artigo 42º, n.º 2 da Lei 73/2013, o senhor presidente da Câmara Municipal é obrigado a apresentar em anexo ao orçamento o orçamento das entidades nas

quais tem posição dominante, estando a Agim nesse caso. Afirmou que, não havendo o orçamento da Agim, o orçamento do município para 2018 falha nessa obrigação legal. Disse que, no que diz respeito às responsabilidades contingentes, na última reunião da Assembleia Municipal tinha sido chamada a atenção para que se passasse a cumprir, no âmbito da informação escrita, essa obrigação, mas, logo no primeiro processo, não existe indicação dos valores em causa no caso dessa ação obter vencimento. Disse que, independentemente dos valores indicados, existem vários processos de contraordenação em que não são indicadas as coimas que são imputadas, mas que é importante que conste dessa mesma informação e que, no final desse mesmo texto é dito que entenderam não prever nem um tostão para a hipótese do município vir a ser condenado nesses mesmos processos. Disse ser uma questão de prudência o município ter dotada com uma verba que representasse, pelo menos, uma percentagem daquilo que podem ser as situações em que venha a pagar indemnizações. Quanto àquilo que é a estratégia, António Monteiro disse ser possível detetar que a estratégia do orçamento era apenas uma - os recursos eram consumidos na construção do Centro Escolar, portanto, a partir daí, tudo o resto vai ter que conformar em relação a essa matéria. Afirmou que, para um documento de estratégia de um município, considera ser pouco, porque a ambição deve ser outra, deve ser de que Sever do Vouga cresça e, se a taxa da derrama baixa, a receita da derrama baixa se não se instalarem novas empresas, devendo a prioridade do município ser atrair empresas para que se instalem no concelho. Pediu ao presidente da Câmara Municipal para explicar porque é que estavam previstas no orçamento a taxa turística e a taxa de proteção civil. Afirmou que a taxa de proteção civil era uma taxa que tinha levantado problemas de constitucionalidade. Disse não lhe parecer uma boa opção aplicar uma taxa turística quando se deve baixar as taxas exatamente para atrair investimento. Quanto à despesa, afirmou que o presidente da Câmara Municipal já tinha sido chamado a atenção para várias incongruências entre aquilo que são as promessas eleitorais feitas e a inscrição no orçamento da mesma obra com uma dotação de cinco euros. Pediu que fosse dada uma explicação sobre o monumento que consta do orçamento, ao antigo combatente e ao mirtilo, por não perceber a ligação. Em relação à despesa, perguntou se o senhor presidente tinha considerado o facto de que o orçamento de estado estava a desbloquear as progressões de carreiras em relação aos funcionários, uma vez que a Câmara Municipal prevê um aumento de 1,36% e para progressões nas carreiras prevê apenas cinco euros e, se houver progressões nas carreiras, isso significa que não irá haver verba para acomodar essas progressões. E em relação à despesa com combustíveis, e uma vez que o preço de combustível está a aumentar, perguntou se o valor era realista ou se haverá uma menor atividade dos serviços? Disse ficar preocupado quando olha para o orçamento porque vê uma lista imensa de intenções daquilo que se pode vir a fazer, e que a maioria delas são promessas eleitorais do PS. Afirmou que, a análise crítica que pode fazer ao orçamento é, também, uma análise do ponto de vista político, ou seja, consequências, pois, no período da audição dos partidos, que é uma obrigação, nos termos do estatuto do direito da oposição, aquilo que se verificou é que não havia disponibilidade, por parte do senhor presidente da Câmara, para acertar o que quer que fosse com o CDS em relação ao orçamento. Disse terem manifestado essa disponibilidade de poder fazer contributos, apenas lhe pediram que dissesse quais eram as margens em relação às quais poderiam conversar. Chamou a atenção para aquilo que são requisitos que não estavam cumpridos e que constarão, aliás, da sua declaração de voto que pediu fosse transcrita, sendo que, do ponto de vista político, deve haver uma outra ambição para Sever do Vouga, que a ambição de Sever do Vouga volte a crescer e que volte a ter o sucesso que todos os severenses merecem.-----

Toni Martins interveio para esclarecer a sua intervenção, dizendo que tinha feito uma intervenção no sentido de ser um reparo, ou seja, uma observação. Mais disse que não quis dizer que queria a diminuição da receita e aumento das despesas, mas sim, a criação de

condições que possibilitem a atração de investimentos para empresas e turismo e a redução da despesa através da gestão e otimização dos recursos.-----

José Almeida interveio para dizer que o seu grupo parlamentar continuava a achar que as apostas que têm vindo a seguir, e que têm sido sufragadas pelos severenses ao longo dos anos, eram as mais acertadas e eram as que tinham dado melhor resultado. Disse que, não devem saber quantas empresas existem no concelho e quantas é que pagam impostos, nomeadamente derramas e IRC, recordando que, quando uma empresa está no início, existe um período de incubação e para pagar impostos tem que apresentar resultados positivos.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** para responder às questões colocadas e, começando pelo Conselho Municipal de Juventude, disse ter já explicado qual era a situação, que o conselho ainda não estava constituído, sendo essa a razão de não ter sido ouvido. Relativamente à consolidação, informou que constavam apenas as empresas que tinham de ser consolidadas, nomeadamente a Agim e a WRC. Sobre as responsabilidades contingentes, informou que não tinham sido colocadas nalgumas delas e, nas outras, disse não ter havido necessidade de afetar porque elas iam dar em nada. Sobre o voltar a crescer, disse estar a haver um decréscimo em população, mas que é um mal europeu. Informou que a taxa de desemprego em Sever do Vouga era de 3,03%, ou seja, cerca de um terço do desemprego nacional. Sobre o crescimento a nível industrial, informou que, atualmente, as áreas industriais do concelho estavam praticamente cheias e que, no PDM, estava prevista uma grande zona industrial que depende da construção do acesso à A25. Ao nível do empreendedorismo, informou que o Vougapark estava cheio de empresas e que existe procura. Sobre os monumentos, informou estarem no orçamento porque ainda não estavam pagos. Convidou o membro a consultar o manifesto de há quatro anos, e ver a execução do mesmo, porque, tirando o acesso à A25, o documento teve 90% de execução e não ficaram muitas obras esquecidas. Relativamente aos combustíveis, o presidente da Câmara Municipal informou que um dos autocarros estava parado, o que representa, em si, uma redução. Quanto à disponibilidade para discussão do orçamento, informou que o mesmo tinha acontecido com os vereadores do CDS e do PSD, sendo que a oposição não tinha sido ignorada e que as reuniões tinham sido realizadas atempadamente, antes dos primeiros documentos serem alterados.-----

Deliberação: No uso da competência dada através da alínea a) do n.º 1, do artigo 27º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram apreciados e votados os documentos previsionais para o ano económico de 2018, cujo Orçamento de Receita e Despesa é de € 11 500 000,00 (onze milhões, quinhentos mil euros), com os valores evidenciados nas rubricas por classificação orgânica, económica e funcional, nesta última situação, discriminados nos projetos e ações das Grandes Opções do Plano, com uma dotação definida de € 6 366 188,00 (seis milhões, trezentos e sessenta e seis mil, cento e oitenta e oito euros), documento esse que reúne o Plano Plurianual de Investimentos, com despesas de capital previstas no valor de € 5 500 000,00 (cinco milhões, quinhentos mil euros) e o Plano de Atividades com uma dotação global de € 866 188,00 (oitocentos e sessenta e seis mil, cento e oitenta e oito euros).-----

Conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal foi deliberado o seguinte:-----

- a) Continuar a cobrança dos impostos municipais através dos competentes Serviços do Estado que por lei estão consignados ao Município, onde se encontram incluídos os já votados – Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama;-----
- b) Cobrança das taxas e licenças previstas na respetiva Tabela, bem como o tarifário pela prestação de serviços, sem prejuízo da atualização dos seus valores com efeitos a partir do início do próximo ano, bem como, a revisão de algumas taxas, cuja proposta será, oportunamente, apresentada à Assembleia Municipal para aprovação;-----
- c) Continuar a ser concedida despesa fiscal de acordo com o previsto no artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e referente às isenções a conceder nos termos dos regulamentos em vigor, em taxas e outras receitas municipais, até aos seguintes limites:----

- Ação social e saúde.....€ 1 500,00
- Proteção civil, cultura, desporto e tempos livres.....€ 4 000,00
- Económica.....€ 1 000,00
- Educação.....€ 1 000,00
- Urbanismo.....€ 12 500,00

d) Recurso aos Fundos Comunitários, da Administração Central e ao crédito, se necessário, através dos mecanismos legais e dentro dos limites estabelecidos, utilizando, sempre que possível, linhas de crédito especiais, sem prejuízo de, na altura própria, as decisões serem presentes ao órgão deliberativo;-----

e) Considerando o disposto no n.º 6, do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, autorizar a repartição dos encargos relativos a obras e fornecimentos, aquisição de bens ou serviços que resultem do PPI aprovado, por mais que um ano, quando não seja possível, no período da sua validade, satisfazer pela totalidade os encargos contraídos por dificuldades de tesouraria, bem como outras situações previstas no aludido artigo 22º;-----

f) Nos termos do previsto no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para efeitos do previsto no número 1 do artigo 6º da LCPA, prestar a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais previstos nas GOP;-----

g) De igual modo, nos termos das mesmas disposições referidas no ponto anterior, prestar a autorização prévia para os compromissos plurianuais dos contratos vigentes, não evidenciados nas GOP e aqueles que serão celebrados em 2017;-----

h) Autorizar a introdução nas GOP dos ajustamentos necessários, quer pela transferência de verbas disponíveis ou aprovadas em programas de financiamento externo, quer pela inclusão de obras novas ou ainda reforçar as inscritas, através das modificações orçamentais, desde que tais alterações não alterem o valor global do orçamento e das GOP, exceto nas situações admitidas por lei;-----

i) Finalmente, a aprovação das GOP, do Orçamento que lhe dá a necessária cobertura e o Regulamento Municipal para a Execução Orçamental que dará a necessária orientação para a sua execução.-----

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018 e respetivas autorizações acima identificadas foram aprovados com quinze votos a favor, dos membros: Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Portela, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos e Mário Silva; cinco votos contra, dos membros: Ana Tavares, António Monteiro, Pedro Mendes, Sérgio Santos e Sérgio Silva; oito abstenções dos membros: António Cruz, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Sousa, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Toni Martins. Tendo o Grupo Municipal do CDS, através do seu líder, António Monteiro, apresentado a seguinte Declaração de Voto oral: o seu partido votou contra porque, para além das razões políticas invocadas nas intervenções anteriores, os instrumentos previsionais violam a lei, designadamente, o n.º 2 do artigo 42º da Lei n.º 73/2013, por não apresentarem em anexo ao orçamento, o orçamento das entidades nas quais o município de Sever tem uma posição dominante, como é o caso da Agim e viola a alínea b) do n.º 1 do artigo 7º da Lei n.º 8/2009, por não ter havido lugar ao parecer obrigatório do Conselho Municipal de Juventude.-----

1.2 Mapa de Pessoal 2018: - Dando cumprimento às disposições contidas no artigo 28º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”, foi elaborado o Mapa de Pessoal do Município para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2018.-----

Antes de ser colocado o documento à votação, o presidente da Assembleia Municipal abriu um período para intervenções.-----

Sérgio Santos agradeceu a oportunidade que lhe foi dada para estar ali e, fazer parte daquela equipa e, de alguma forma, contribuir para o bem do município. Nesse sentido, e no âmbito do mapa de pessoal, aproveitou para colocar algumas questões ao senhor presidente da Câmara. No âmbito do PREPAP, perguntou se o novo mapa de pessoal

previa a regularização dos vínculos precários existentes ou se era um aumento ou acréscimo à atual proposta. Se assim for, disse que poderiam estar a falar de um aumento do quadro maior do que o proposto. Perguntou quantos trabalhadores a Câmara Municipal tinha naquela situação. Numa breve análise ao quadro evolutivo do número de trabalhadores, nos últimos três anos, disse deparar-se apenas com um pequeno aumento de trabalhadores e que, no caso dos assistentes operacionais, tinha havido uma diminuição. Com isto, pediu que o presidente da Câmara Municipal justificasse o porquê de, em três anos, apenas ter tido um acréscimo de três técnicos superiores e para 2018 já eram precisos mais seis. Perguntou como justificava, também, que naqueles mesmos três anos, tinham diminuído cinco assistentes operacionais e para 2018 pretende-se o aumento dos atuais sessenta para setenta e dois, ou seja, mais doze. Disse que, num todo, representava mais vinte e um trabalhadores a acrescer ao quadro para 2018, acréscimo que iria ultrapassar o orçamento destinado para os vencimentos dos mesmos. Finalmente, perguntou a razão de não se encontrar previsto um funcionário afeto à Assembleia Municipal.-----

O **presidente da Câmara Municipal** afirmou que o membro estaria a confundir algumas coisas. Não existem trabalhadores precários no município. Existem trabalhadores de contratos-inserção e é por essa razão que surge a proposta para aumentar em alguns lados, porque, até então, o município recorria muito aos contratos-inserção, nomeadamente para as escolas e jardins de infância. Mais disse que, as vagas são colocadas para essa necessidade, nuns casos imediata, noutros não, e que só se abria o concurso fosse efetiva.--

António Monteiro interveio apenas para lembrar uma questão à qual o senhor presidente não tinha respondido e que tinha sido discutida em conferência dos representantes dos grupos municipais, que era, se não faria sentido afetar no quadro um funcionário ao funcionamento da Assembleia Municipal e isso ficar clarificado de uma vez por todas, funcionário esse que era dirigido pelo senhor presidente da mesa.-----

O **presidente da Câmara Municipal** disse que existe um funcionário afeto à Assembleia Municipal, que faz todo o trabalho de ligação com o nosso Diretor de Departamento, não se justificando ter um funcionário em exclusividade para a Assembleia Municipal.-----

Feitos os esclarecimentos, o **presidente da Assembleia Municipal** disse que lhe tinha sido entregue, em mão, pelo membro **Sérgio Santos**, um pedido de informações do grupo municipal do CDS em que pede ao presidente da Assembleia Municipal a relação detalhada dos trabalhadores que exercem funções no município Sever do Vouga, neste momento, com a indicação do tipo de vínculo, incluindo os que se encontram com vínculos precários, e a data de quando iniciaram essas funções. O presidente da Assembleia Municipal disse que iria encaminhar o pedido para os serviços camarários e que faria chegar a resposta.-----

Depois de concluídas as intervenções e das respostas dadas pelo presidente da Câmara Municipal, foi o Mapa de Pessoal colocado à votação.-----

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, o Mapa de Pessoal para 2018, com vinte e três votos a favor de Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Cruz, António Portela, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Elmano Sousa, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Toni Martins; um voto contra, do membro Sérgio Silva e quatro abstenções de Ana Tavares, António Monteiro, Pedro Mendes e Sérgio Santos.-----

1.3 Renovação dos Acordos de Execução: - Sobre a renovação dos acordos de execução celebrados com as juntas de freguesia, o presidente da Câmara Municipal explicou que, com o fim do mandato anterior, os acordos deixavam de estar válidos, sendo necessário proceder à sua renovação, e uma vez que o processo de negociação ainda não estava terminado, tornou-se necessário proceder à renovação dos atuais acordos de execução para que possam ser efetuados os respetivos pagamentos dos trabalhos que deles constam.----- Foi aberto um período de intervenções.-----

A primeira intervenção foi a de **Diana Paiva**, que disse, as Juntas de Freguesia desempenham um papel fundamental junto da população, papel esse que é reconhecido na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, ao prever a delegação de competências das Câmaras Municipais nas Juntas de Freguesia. Para isso, disse haver necessidade de dotar as juntas de freguesia de todos os meios financeiros adequados, verificando-se, no último período, que as competências eram muitas sem que fossem, muitas vezes, acompanhadas dos adequados recursos financeiros. Pelo que constava do documento apresentado, iria ser votada a renovação dos acordos de execução realizados entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, até à revisão dos mesmos. Disse entender que aquela renovação pretendia colmatar o espaço temporal entre a data do termo do mandato anterior – onde se daria um suposto termo de vigência dos acordos – e o final do presente ano civil, no entanto, a renovação não poderia servir para um prolongar infinito dos acordos anteriores. Disse ficar a dúvida para quando se daria a efetiva revisão dos mesmos, pelo que, instou o presidente da Câmara Municipal a informar a Assembleia da data em que se dará a revisão ou outorga dos novos acordos de execução, uma vez ter informado que já tinha iniciado o processo de revisão dos acordos. Afirmou que, com essa revisão, devia ser, também, previsto um modelo único de relatórios de avaliação apresentados pelas Juntas de Freguesia, a fim de não haver discrepâncias, demasiado patentes, entre as várias freguesias, pois, conforme foi possível constatar no mandato anterior, cada Junta apresentava um relatório do modo que lhe aprazia, sendo alguns deles muito parcos em atividades. Por fim, disse que os novos acordos deviam prever um efetivo Cadernos de Encargos, com previsão clara de obrigações e direitos para cada uma das partes, assim como uma quantificação e periodicidade detalhada dos trabalhos a realizar pelas Juntas de Freguesia.-----

Foi dada a palavra a **António Monteiro** que disse não poder deixar de fazer alguns reparos, designadamente, o facto de se apresentar uma proposta de renovação de acordos e não haver nem um acordo em anexo a essa mesma proposta. Citou o n.º 3 do artigo 134º da Lei 75/2013 diz que *"O acordo de execução considera-se renovado após a instalação do órgão deliberativo do município, não determinando a mudança dos titulares dos órgãos do município e da freguesia a sua caducidade, sem prejuízo do disposto no número seguinte"* que diz *"O órgão deliberativo do município pode autorizar a denúncia do acordo de execução, no prazo de seis meses após a sua instalação"*. Afirmou que, se a Assembleia Municipal não quisesse renovar os acordos é que o senhor presidente da Câmara Municipal tinha de apresentar uma proposta a propor a não renovação e a partir desse momento passaria a decidir-se a caducidade dos acordos, caso a Assembleia Municipal assim o decidisse. Disse que, se os acordos ainda estarão em fase de negociação, apresentar a proposta sem um prazo dá, realmente, a ideia de que aquilo que se pretende é renovar sine die e que a negociação não tem fim à vista. Pediu que o senhor presidente da Câmara Municipal que clarificasse aquela situação.-----

Foi dada a palavra a **Sérgio Silva** começando por dizer que a proposta apresentada à Assembleia era um ato de falsa fé, do senhor presidente da Câmara Municipal, a todos. Informou que o anterior acordo de execução ainda estava em vigência. Leu as Cláusula 5 e 6 do acordo de execução *"Vigência do acordo, 1 – A duração do presente contrato tem a vigência de um ano, a partir da data de assinatura, renovando-se por iguais períodos. 2 – Para efeito do disposto no número anterior, a mudança de titulares dos órgãos do município e da freguesia não determina a caducidade do acordo. Cláusula 6 do acordo, Cessação do acordo, 1 – O presente acordo pode cessar por resolução em caso de incumprimento da contraparte ou por motivos de relevante interesse público devidamente justificados. 2 – A cessação do presente acordo não poderá nunca por em causa a continuidade do serviço público, cabendo à câmara o exercício das competências para as quais o acordo tenha deixado de vigorar."* Disse, ainda, que, no caso da freguesia de Couto de Esteves, que durante os últimos quatro anos realizou os trabalhos delegados pela Câmara, está à espera da fiscalização do quarto trimestre para receber, também a quarta tranche do presente ano. E, à solicitação de fiscalização dos trabalhos realizados pedida nos

emails de 26 de outubro e de 3 de dezembro, até hoje, ainda não houve resposta. Continuou a sua intervenção dizendo que, há quatro anos, tinha assinado o acordo vigente, o qual, no que respeita à limpeza de vias e espaços públicos vulgarmente chamadas valetas, atribui a cada freguesia doze mil e quinhentos euros, independentemente de ter oito ou oitenta quilómetros de valeta para limpar, independentemente da freguesia ser mais rural ou mais urbana, independentemente da Câmara, aqui ou ali, ir fazendo algumas limpezas de valetas e independentemente de se usar herbicidas ou de se realizar a limpeza mecanicamente. Disse que, nessa reunião de há quatro anos, tinha solicitado que, no ano seguinte, o acordo fosse revisto e passasse a haver um critério na atribuição da verba (de preferência que fosse a medida de comprimento), mas passado esse ano, e mais dois, nada tinha sido feito nesse sentido. Informou que, em novembro do ano passado, o município tinha proposto aos presidentes de junta um aumento de cento e doze mil e quinhentos euros para cento e oitenta mil euros distribuídos proporcionalmente pelos quilómetros de todas as freguesias. Afirmou que, todas as freguesias passariam a receber mais, algumas mais do que duplicavam a verba e uma quase que triplicava. Mas, como não tinha havido consenso e a proposta nem sequer tinha sido votada, o município manteve tudo como estava. Disse que, no mês passado, a Câmara tinha apresentado aos presidentes de junta outra proposta, 0,20€/ml de valeta, mas duas limpezas por ano. Disse que, entendendo que o valor era insuficiente, mas porque passariam a ter critério e porque o asseio do espaço público é, também, um espelho da freguesia, aceitou, mais uma vez, também, aquela proposta que, mais uma vez, também, nem sequer foi levada a votação. Mas, como não voltou a haver consenso, o município manteve tudo como estava. Até que, agora, e à falsa fé, uma Câmara que não assume a sua competência (assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros), e que não tem a coragem política de distribuir a verba de forma proporcional e justa, apresenta este documento à Assembleia Municipal. Considerando aquela uma proposta que não defende os interesses dos severenses, apresentou para, também, ser votada a proposta que passou a apresentar.-----

Considerando que:-----

a) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros é uma competência de Câmara Municipal que pode ser delegada na Junta de Freguesia nos termos do artigo 132º, n.º 1 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros à vários anos que é delegada nas juntas de freguesia e tem sido realizada num contexto de proximidade mas que funciona com bastantes dificuldades por parte da Junta de Freguesia devido à reduzida verba disponibilizada pelo município.-----

c) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros tem uma importância no que respeita à segurança e ao asseio do nosso território e deve continuar a ser realizado num contexto de proximidade.-----

Proponho que:-----

1 - A Câmara renove os atuais acordos de execução aumentando, no que respeita à limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, de € 112 500,00 para € 180 000,00 distribuídos proporcionalmente pelos quilómetros de cada freguesia e de acordo com a respetiva fiscalização e que a limpeza das valetas seja realizada mecanicamente e sem a utilização de herbicidas.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** que afirmou que, a lei não diz, em lado nenhum, que o município tem de pagar aquelas competências e que se pode ou não, chegar a um acordo com as juntas. Mais disse que, se as juntas não aceitarem o acordo, o município assumirá a responsabilidade disso. Afirmou estar a ser estudado um modelo que seja o mais justo possível. Disse ter tomado nota das sugestões apresentadas na intervenção de Diana Paiva para serem estudadas na próxima discussão.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** dirigiu-se ao membro Sérgio Silva e perguntou o que pretendia que fosse feito com a proposta, sugerindo que a mesma desse entrada para, depois, ser entregue à Câmara Municipal.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** passou à votação da renovação dos acordos, tendo sido aprovada, por maioria, com vinte e três votos a favor dos membros Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Cruz, António Portela, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Elmano Sousa, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Toni Martins e quatro abstenções de Ana Tavares, António Monteiro, Pedro Mendes e Sérgio Santos e um voto contra de Sérgio Silva.-----

Sérgio Silva apresentou a seguinte declaração de voto: *“A minha posição de votar contra este acordo de execução é por achar que os valores são baixos, não são justos e, com esta posição, sinto-me aliviado porque, durante estes quatro anos, tenho feito um esforço enorme para cumprir estes acordos de execução. Lamento ter assistido à votação que tivemos, porque, hoje, nas duas intervenções dos líderes de bancada falam que as verbas são pequenas, que não há critério e é de lamentar. Relativamente aos presidentes de junta lamento porque, todas as reuniões se queixam que as verbas são baixas e continuamos no mesmo. Portanto, vamos ficar a aguardar pela proposta da Câmara Municipal e esperamos que haja entendimentos.”*-----

Diana Paiva interveio para deixar a seguinte declaração de voto: Pretendemos esclarecer que, apesar de, no nosso entendimento, estes acordos não terem cessado, pela renovação prevista na Lei 75/2013, votamos favoravelmente no sentido de desbloquear as verbas que estão por pagar ainda às juntas de freguesia até ao final deste ano civil. Daí necessitarmos de um novo acordo, aí sim, negociado e proposto pela Câmara Municipal para que as juntas possam realizar o seu trabalho e ser beneficiadas no que estão a fazer.-----

1.4 4ª Revisão Orçamental de 2017: - O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 4ª Revisão Orçamental de 2017, que corresponde à 12ª Modificação, com uma diminuição do orçamento da receita no valor de € 1 244 000,00 (um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil euros) e, modificação no Orçamento de Despesa e no Plano Plurianual de Investimento num total de € 1 244 000,00 (um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil euros).-----

Quinze votos a favor - Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Portela, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos e Mário Silva.-----

Treze abstenções - Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Sousa, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Santos, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

1.5 Agim – Contratos-programa: - O **presidente da Câmara Municipal** explicou que o documento em análise era um contrato-programa a celebrar com a Agim, pela atividade que desenvolve e para apoiar o funcionamento da mesma, para o desenvolvimento do concelho, sendo baseado num parecer emitido pela CCDR.-----

Foi dada a palavra a **Paula Coutinho** que disse parecer que o executivo tivesse feito ouvidos moucos à pretensão do PSD em criar uma discriminação positiva para os agricultores severenses e que era nesse sentido que apresentavam uma moção para ser votada na Assembleia Municipal e que passou a citar *“a bancada do PSD solicita que seja introduzida à Cláusula 4ª objetivos setoriais no ponto 1 a seguinte redação: a formação ao agricultor de Sever do Vouga inclui, ainda, esclarecimentos por e-mail ou telefone, assim como um desconto de 70% ao preço total do apoio técnico. Este ajuste ao ponto 1 da Cláusula 4ª do contrato-programa surge porque entendemos que este tem de ser mais benéfico para os severenses, e que deve haver uma discriminação positiva para todos os agricultores do nosso concelho. Achamos importante o trabalho que a Agim desenvolve e parece ser uma mais valia para o concelho, mas sendo de âmbito nacional, desenvolvendo a sua atividade em todo o território português, achamos e dado que estamos a contribuir*

para a sua manutenção, que essa discriminação positiva deva existir. O nosso papel é criar condições para que os severenses tenham uma melhor qualidade de vida”. Pediu que fosse votada a moção apresentada.-----

A seguinte intervenção foi a de **Pedro Mendes** que reforçou aquilo que tinha dito na última sessão, que faltavam alguns elementos e, em função daquilo que já tinha sido discutido inicialmente, não foram disponibilizados documentos que estejam associados ao facto da Câmara Municipal ter uma posição dominante na Agim. Disse estar a referir-se à aprovação do orçamento em reunião de Câmara Municipal, que fosse dado conhecimento dessa informação à Assembleia Municipal para poderem analisar e votar em consciência.

Foi dada a palavra a **Jorge Graça** que começou por desejar a todos os eleitos um excelente mandato, fundamentalmente, em prol do desenvolvimento de Sever do Vouga. Disse propor-se a intervir no presente ponto da ordem do dia, uma vez que a sua formação e atividade profissional estavam ligadas à área da agronomia, pelo que tentaria dar o seu contributo. Disse que, um dos fatores chave de sucesso de uma agricultura moderna e sustentável, era o conhecimento e a capacidade técnica dos empresários agrícolas e que era fundamental que se conheçam as melhores técnicas de produção, bem como o mercado, suas necessidades e tendências. Afirmou que essa capacidade técnica e conhecimento, deve, sempre que possível, ser parte integrante de cada empresário agrícola, devendo ser características intrínsecas de cada exploração agrícola. Disse que, infelizmente, nem sempre isso acontece, como é o caso da maioria dos produtores de pequenos frutos como o mirtilo, a groselha e a framboesa, do nosso concelho, dadas as condicionantes das características sociais e edafoclimáticas existentes. Disse existir em Sever do Vouga, essencialmente, pequenos produtores, com pouco conhecimento e baixa capacidade técnica, ainda à procura do elevado grau de profissionalismo que a fileira dos pequenos frutos exige e que a reduzida dimensão das explorações de pequenos frutos, um hectare ou menos, o facto de ser, normalmente, uma atividade complementar, a idade dos produtores e o ainda recente contacto com aquelas culturas, dificultam que se atinja o essencial profissionalismo. Afirmou que aquelas lacunas devem ser minimizadas e ultrapassadas sendo, para isso, fundamental existir no concelho de Sever do Vouga uma entidade que possibilite a correção daquelas lacunas, aportando aos produtores de pequenos frutos, através da formação profissional e do apoio técnico especializado, o conhecimento e a capacidade técnica, essenciais e em falta no setor. Disse ser exatamente para iso que existe a Agim que, muito resumidamente, é uma associação sem fins lucrativos, que abrange todos os intervenientes da fileira dos pequenos frutos, sejam produtores, técnicos e organizações de comercialização, e que pretende representar e defender os interesses socioprofissionais destes. Disse que, os principais serviços da Agim são o acompanhamento técnico à instalação e à exploração, o apoio burocrático, o apoio ao investimento agrícola, (elaboração de projetos de investimento), implementação do sistema de certificação GlobalGap e a formação profissional e que os técnicos da Agim realizam, também, muito trabalho de investigação e experimentação, por exemplo, na seleção das variedades melhor adaptadas, melhores técnicas culturais, procura de novos e melhores mercados. Realçou, também, o trabalho da Agim na promoção dos pequenos frutos de Sever do Vouga, o que, associado a trabalho conjunto com outras entidades e pessoas, conseguiu fazer de Sever do Vouga a “Capital do Mirtilo”, sem desprimor de outros feitos. Salientou a elevada importância social e económica que o sector dos pequenos frutos tem em Sever do Vouga, contribuindo para a baixa taxa de desemprego e para o nível de sustentabilidade económica de muitas famílias. Afirmou que a Agim deve continuar na procura da sua autosustentabilidade económica, sabendo que não será uma tarefa fácil, dado a baixa rentabilidade do sector e as restantes condicionantes verificadas. Disse considerar que o amadurecimento daquele mercado poderá vir a facilitar este objetivo. Disse defender e apelar que fosse aprovado o Contrato-Programa em apreciação, por considerar que será um excelente contributo do município para a melhoria e sustentabilidade do sector dos pequenos frutos do concelho e, conseqüentemente, para a

melhoria da qualidade de vida de muitas famílias. Por fim, disse que todos saberão calcular quanto custará o Contrato-Programa ao município, mas que ninguém conseguirá calcular quanto perderão muitos munícipes de Sever do Vouga sem a aprovação do mesmo.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** que esclareceu que, o documento a aprovar não era o orçamento da Agim, nem o plano de atividades, era um contrato-programa que contribua para a prestação de serviços daquela organização ao concelho. Disse que, a questão da discriminação positiva já existe, mas que talvez não fosse aquela que os membros propunham e que não era o município que iria decidir aquilo que é o plano de atividades e o orçamento daquela associação.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** disse que, a moção apresentada pelo PSD teria de ter dois terços de aprovação dos membros da Assembleia Municipal para ser aceite. No entanto, por entender que se deveria seguir a Ordem de Trabalhos, entendeu não colocar a moção do PSD à votação.-----

Foi novamente dada a palavra a **Paula Coutinho** que interveio para esclarecer o senhor presidente da Câmara Municipal quando ele disse que as alterações deviam ser dirigidas à Agim, dizendo que, o senhor presidente da Câmara Municipal, mais tarde, contradisse, dizendo que a proposta tinha sido feita pela Câmara Municipal. Relativamente à declaração de voto, Paula Coutinho disse que a bancada do PSD iria absteve-se na votação por entender que o executivo tinha feito ouvidos moucos ao não incluir no contrato-programa o solicitado na última sessão da Assembleia Municipal, que era a discriminação positiva aos agricultores do concelho. Disse pretender apresentar aquela declaração de voto por querer que fique bem claro que o PSD não é contra o contrato-programa estabelecido com a Agim, que entendem ser uma grande entidade nacional e que merece o seu apoio, no entanto, e também pelas razões que já foram elencadas quando solicitaram a alteração do contrato-programa, disse entender que o documento tem de ser mais benéfico para os severenses e que deve haver uma discriminação positiva para todos os agricultores no concelho.-----

A intervenção seguinte foi a de **António Monteiro** que disse reconhecer o esforço feito pela Câmara Municipal no sentido de cumprir aquilo que tinha sido uma exigência feita numa reunião anterior, para que se cumprisse a lei do cabimento e dos compromissos e foram disponibilizados esses mesmos documentos. Disse não ser possível o CDS votar a favor sem conhecer aquilo que é o plano de atividades e o orçamento da Agim.-----

Colocado o contrato-programa à votação, o mesmo foi aprovado, por maioria, com quinze votos a favor dos membros Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Portela, Beatriz Soares, Carlos Tavares, David Alves, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Sérgio Silva e treze abstenções dos membros Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, António Portela, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Elmano Sousa, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Santos e Toni Martins.-----

1.6 CPCJ – Designação de Cidadãos Eleitores: - Para cumprimento do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 17º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, foi realizado o ato eleitoral, por escrutínio secreto, para a designação de cidadãos eleitores para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sever do Vouga, tendo sido designados os seguintes cidadãos: Elga Maria Amaral Martins da Silva e Rui Manuel Pinto Miranda.-----

1.7 Auditor Externo – Relatório Semestral: - Foi dado conhecimento ao órgão deliberativo o relatório do auditor externo sobre a informação económica, financeira e orçamental do município, referente ao primeiro semestre de 2017.-----

Foi dada a palavra a **Pedro Mendes** que disse ter tido a oportunidade de ler atentamente o relatório apresentado e que se trata de um relato com base na informação da autarquia. Disse que, a informação económica, financeira e patrimonial que faz parte do documento, que data de 30 julho 2017, era contrariada em função da informação escrita do presidente

da Câmara Municipal, que indica um saldo negativo de quase novecentos mil euros. Perguntou o que é que tinha acontecido de 30 de julho a 24 de novembro?-----

O **presidente da Câmara Municipal** pediu que fosse o Diretor de Departamento a responder à questão colocada. Assim, foi dada a palavra ao **Diretor de Departamento** que explicou que os novecentos mil euros eram compromissos por pagar, sendo que os compromissos são um controlo que existe sobre os fundos disponíveis, que são calculados três meses antes. Agora, são seis meses, mas não fazemos de seis meses se não iríamos ter uns fundos disponíveis muito elevados. Quando se avança com um procedimento, faz-se um cabimento e isso dá origem a compromissos por pagar, fizemos isso para o Centro Escolar, para a EDP, para despesas até ao final do ano. Na informação dada à Assembleia Municipal em 24 setembro, constava aquilo que já se tinha comprometido até ao final do ano: vencimentos, combustíveis, eletricidade, centro escolar e outras despesas, para chegarem ao aumento de dívida do município ainda tem que ser executadas.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----